

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2006

Regulamenta o art. 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o processo e julgamento da representação interventiva prevista no art. 36, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 2º A representação será proposta pelo Procurador-Geral da República, em caso de violação aos princípios referidos no art. 34, inciso VII, da Constituição Federal ou de recusa, por parte de Estado-membro, à execução de lei federal.

Art. 3º A petição inicial deverá conter:

I – a indicação do princípio constitucional que se considera violado, ou, se for o caso de recusa à aplicação de lei federal, das disposições questionadas;

II – a indicação do ato normativo, do ato administrativo, do ato concreto ou da omissão questionados;

III – a prova da violação do princípio constitucional ou da recusa de execução de lei federal;

IV – o pedido, com suas especificações.

Parágrafo único. A petição inicial será apresentada em duas vias, devendo conter, se for o caso, cópia do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.

Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de representação interventiva, faltar algum dos requisitos estabelecidos nesta Lei ou for inepta.

Parágrafo único. Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.

Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na representação interventiva.

§ 1º Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou, ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Plenário.

§ 2º O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

§ 3º A liminar poderá consistir na determinação de que se suspenda o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais ou administrativas, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da representação interventiva.

Art. 6º Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, que as prestarão no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo para prestação das informações, será ouvido o Procurador-Geral da República, no prazo de dez dias.

Art. 7º Se entender necessário, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que elabore laudo sobre a questão, ou, ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

Parágrafo Único. Poderá ser autorizada, a critério do relator, a manifestação e a juntada de documentos por parte de interessados no processo.

Art. 8º Vencidos os prazos previstos no art. 6º, ou, se for o caso, realizadas as diligências de que trata o art. 7º, o relator lançará o relatório, com cópia para todos os Ministros, e pedirá dia para julgamento.

Art. 9º A decisão sobre a representação interventiva, somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.

Art. 10. Realizado o julgamento, proclamar-se-á a procedência ou improcedência do pedido formulado na representação interventiva se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis Ministros.

Parágrafo único. Estando ausentes Ministros em número que possa influir na decisão sobre a representação interventiva, o julgamento será suspenso, a fim de se aguardar o comparecimento dos Ministros ausentes, até que se atinja o número necessário para a prolação da decisão.

Art. 11. Julgada a ação, far-se-á a comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados e, se a decisão final for pela procedência do pedido formulado na representação interventiva, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicado o acórdão, levá-lo-á ao conhecimento do Presidente da República, para os fins do art. 36, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal.

§ 1º Dentro do prazo de dez dias, contados a partir do trânsito em julgado da decisão, a parte dispositiva será publicada em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União.

§ 2º A decisão será dotada de efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

Art. 12. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido da representação interventiva é irrecorrível, sendo insuscetível de impugnação por ação rescisória.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto, inspirado em sugestão que nos foi feita pelo eminente Ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal, tem por objetivo disciplinar o processo e o julgamento das representações interventivas, previstas pelo art. 36, inciso III, da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (Reforma do Judiciário).

Elaborado com o rigor técnico-científico de um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, o projeto resgata normas de procedimento corriqueiro no Supremo Tribunal Federal, sem descuidar de estabelecer rígidos parâmetros para o deferimento de liminares e o acolhimento final do pedido, tendo em vista a grave repercussão da medida no pacto federativo.

É por isso que se estabelece que o deferimento de medidas liminares, salvo hipóteses excepcionais, ocorrerá apenas por decisão da maioria absoluta dos membros da Suprema Corte. Tal regra impedirá que se torne regra a situação em que apenas um Ministro, em decisão isolada e dissociada do entendimento de seus Pares, adote medida de amplo impacto nos pilares da República.

Por outro lado, a proposição não olvida que situações urgentes podem ocorrer. Assim, em seu art. 5º, § 1º, prevê a possibilidade de deferimento de medida liminar *ad referendum* do Plenário, que deverá confirmar ou cassar a decisão, a seu talante.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante que não pode pender de regulamentação, razão pela qual conclamamos os nobres Pares a aprovarem-na, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ JORGE